



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

P A R E C E R

PROCESSO NOTÍCIA DE INFRAÇÃO N° 339/2025

DOS FATOS

A equipe **Duque de Caxias F.C.** apresentou Notícia de Infração em desfavor da equipe **Vivo Rio/Pérolas Negras**.

Faz-se necessário destacar, que ambas as entidades de prática desportiva se encontravam participando do Campeonato Estadual da Série A2 de Profissionais de 2025.

Destaca-se ainda, que a equipe noticiante informa, em síntese, que a associação noticiada incluiu o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

atleta **FILIPPE QUINTILIANO MACHADO** na sua Relação de Inscrição de Atletas como jogador de linha, e o utilizou em várias partidas como goleiro.

Ressalta que esta situação se repetiu na partida disputada pelo **Vivo Rio/Pérolas Negras** no dia 12/07/2025 contra a equipe do **GPA Audax**, válida pela 11ª e última rodada da Taça Santos Dumont do Campeonato Estadual da Série A2 de Profissionais de 2025, devendo a escalação do referido atleta ser considerada irregular.

Para tanto, indica que a equipe noticiada violou o Regulamento Específico da Competição, em especial os incisos VIII, XV e XVI, do artigo 16.

Dessa forma, pede a deflagração de denúncia em face do **Vivo Rio/Pérolas Negras** nos termos do artigo 214 do CBJD, em razão da alegada escalação irregular do atleta FILIPE QUINTILIANO MACHADO no jogo do dia 12/07/2025.

As alegações apresentadas na notícia de infração disciplinar desportiva se fizeram acompanhar por extenso rol de documentos.

O Procurador analisou a Notícia de Infração e todas as provas acostadas aos autos da Notícia de Infração,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

tendo em seguida, **OPINADO PELO SEU ARQUIVAMENTO**, com fundamento nas seguintes razões:

1) Nos termos do art. 74 do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD), a notícia de infração somente poderá ser admitida quando contiver justa causa, isto é, quando estiver acompanhada de elementos mínimos que indiquem a existência de indícios de infração disciplinar, aptos a subsidiar a propositura de eventual denúncia.

2) No presente caso, embora o noticiante exponha sua versão dos fatos, não foram apresentados elementos mínimos de prova que demonstrem a ocorrência de qualquer infração disciplinar desportiva.

3) Nesse sentido, por mais que esta Procuradoria se esmere para encontrar um dispositivo regulamentar violado, seja em relação as regras do jogo, Estatutos da FIFA e da FERJ, ou RGG da FREJ e REC, nada caminha no sentido de indicar, ainda que minimamente, que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

a conduta adotada pelo clube noticiado seja passível de repreensão.

4) O VIVA RIO - PÉROLAS NEGRAS inscreveu os seus atletas na sua Relação de Inscrição de Atletas e a partir daí os utilizou da forma que melhor lhe conveio; não havendo nenhuma irregularidade nesse sentido, já que não foi indicado pelo noticiante qualquer violação em relação aos prazos de inscrição e registro de atletas.

5) Registre-se ainda, que os dispositivos regulamentares suscitados pelo noticiante para fundamentar suas alegações em nada indicam que a ação do noticiado teria sido irregular.

6) A mera alegação genérica, desacompanhada de subsídios e fundamentação mínimos, não atende ao requisito legal de justa causa e não autoriza o prosseguimento da notícia de infração, sob pena de banalização da jurisdição desportiva e comprometimento do devido processo legal.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

II- DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

O Duque de Caxias F.C. apresentou o presente Pedido de Reconsideração, pleiteando a análise e manifestação deste Procurador Geral.

Com toda a vênia e respeito ao Ilustre Representante do Duque de Caxias F.C., ao entender deste Procurador Geral, **NÃO VISLUMBRO NO CASO ORA EM ANÁLISE, QUALQUER IRREGULARIDADE NA ESCALAÇÃO DO ATLETA FILIPE QUINTILIANO MACHADO** para o jogo do dia 12/07/2025, bem como para qualquer outra partida apontada na Notícia de Infração pela equipe Noticiante.

Não se vislumbra nos autos, qualquer elemento que justifique a Notícia de Infração apresentada.

Nesse sentido, a pretensão deduzida não encontra amparo legal ou probatório.

Outrossim, entendo estar muito bem elaborado e fundamentado o Parecer apresentado pelo Procurador quanto ao pedido de arquivamento da Notícia de Infração, que por si só, serviu como fundamento legal para o meu convencimento.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA DO FUTEBOL DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Nesse sentido, venho requerer o **ARQUIVAMENTO DEFINITIVO DA NOTÍCIA DE INFRAÇÃO** apresentada pelo Duque de Caxias F.C. contra a equipe do VIVO RIO-PÉROLAS NEGRAS.

Termos em que,
espera deferimento.

Rio de Janeiro, 21 de julho de 2025.

ANDRE LUIZ GONÇALVES VALENTIM
Procurador Geral